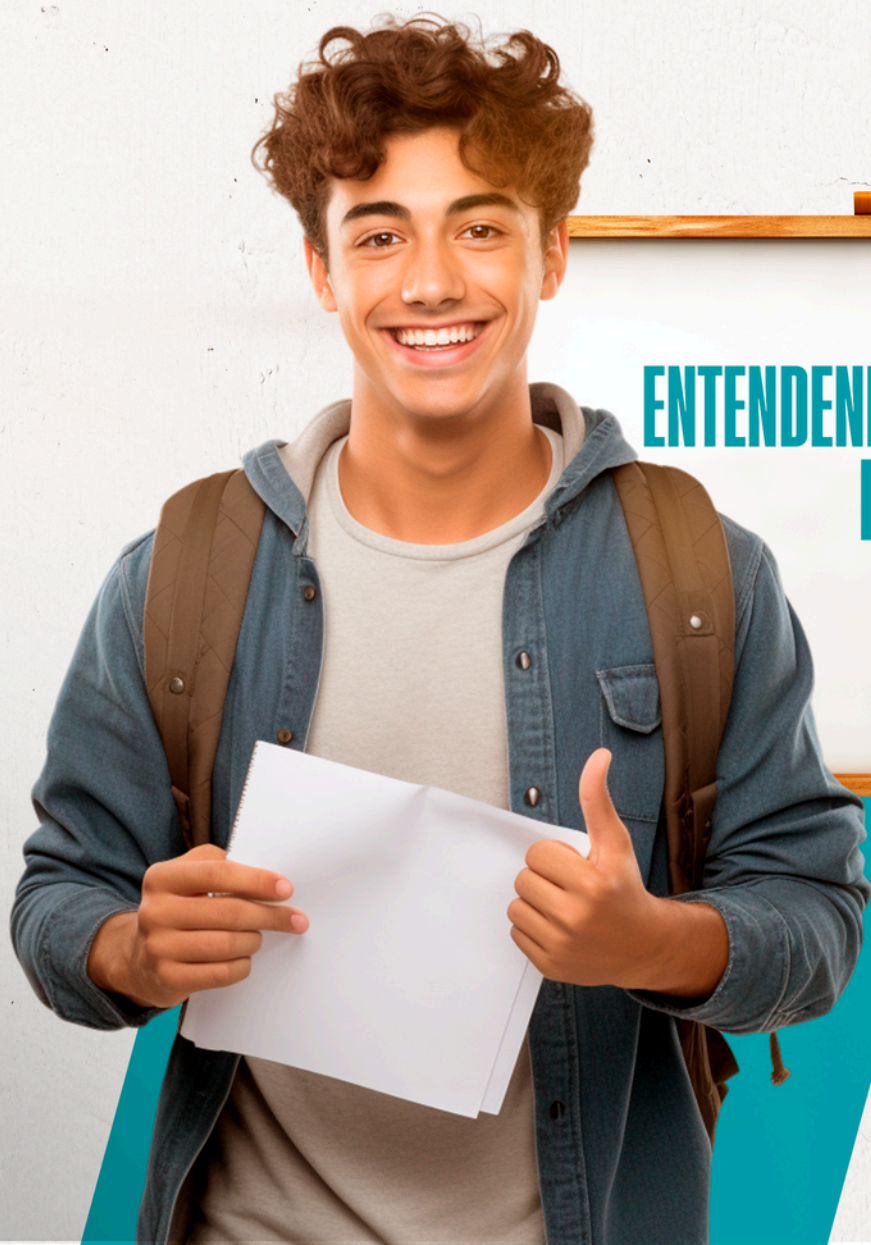




CADERNO EDUCATIVO

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS



ENTENDENDO A IMPORTÂNCIA
DOS TRIBUTOS E DA
CIDADANIA FISCAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: ENTENDENDO A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUTOS E DA CIDADANIA FISCAL

AUTORES

Andreia Gomes Feitosa
José Pedro Dias Leite
Ludimylla Melo Carvalho
Marco Antônio da Silva Menezes
Dr^a. Suzana Gillioli

Palmas-TO

2024



Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Campus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Palmas/TO | 77001-090

Este item está licenciado na [Creative Commons License](#)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação fiscal nas escolas [livro eletrônico] :
entendendo a importância dos tributos e da
cidadania fiscal / Andreia Gomes
Feitosa...[et al.]. -- Palmas, TO :
Ed. dos Autores, 2024. -- (Caderno educativo)
PDF

Outros autores: José Pedro Dias Leite,
Ludimylla Melo Carvalho, Marco Antônio da Silva
Menezes, Suzana Gillioli.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-14784-0

1. Cidadania 2. Controle social - Brasil
3. Educação fiscal 4. Orçamento público - Direito
financeiro 5. Tributos - Leis e legislação -
Brasil I. Feitosa, Andreia Gomes. II. Leite,
José Pedro Dias. III. Carvalho, Ludimylla Melo.
IV. Menezes, Marco Antônio da Silva. V. Gillioli,
Suzana. VI. Série.

24-226539

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação fiscal 370

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: ENTENDENDO A IMPORTÂNCIA DOS TRIBUTOS E DA CIDADANIA FISCAL



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA
FAZENDA



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE **TODOS**

Palmas-TO

2024



COLABORADORES

- Suzana Maria do Nascimento Borges

ORIENTAÇÃO

- Dr^a. Suzana Gillioli

REVISÃO TÉCNICA

- Delvane Barbosa Barros

DIAGRAMAÇÃO

- Daniel Santos Ferreira



APRESENTAÇÃO

A educação fiscal no ambiente escolar é essencial para a conscientização social. Ela desenvolve habilidades, como função social do tributo, controle social, orçamento público e planejamento, e desperta o interesse dos estudantes pela gestão do dinheiro público, capacitando-os a identificar práticas corruptas e a cobrar eficiência na administração dos recursos públicos.

Além de abordar tributos, a educação fiscal amplia a compreensão dos estudantes sobre cidadania e o funcionamento do Estado. Ao entender a origem e o uso dos recursos públicos, os alunos reconhecem a importância de uma gestão transparente e eficiente, tornando-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Incluir a educação fiscal no currículo escolar aumenta a capacidade crítica dos alunos em relação ao uso do dinheiro público, tornando-os mais aptos a monitorar e questionar ações governamentais, um passo crucial na luta contra a corrupção.

Essa conscientização promove a participação ativa dos jovens na sociedade, desde o acompanhamento de projetos públicos até a participação em conselhos escolares e comunitários, contribuindo para uma sociedade mais justa e transparente.

Portanto, a educação fiscal é uma ferramenta poderosa para transformar a sociedade, capacitando os jovens com habilidades fiscais essenciais e uma compreensão crítica da gestão pública. Incorporar a educação fiscal nas escolas é um investimento vital para uma sociedade mais justa e equitativa, fortalecendo a cidadania e promovendo uma administração pública eficiente e transparente.



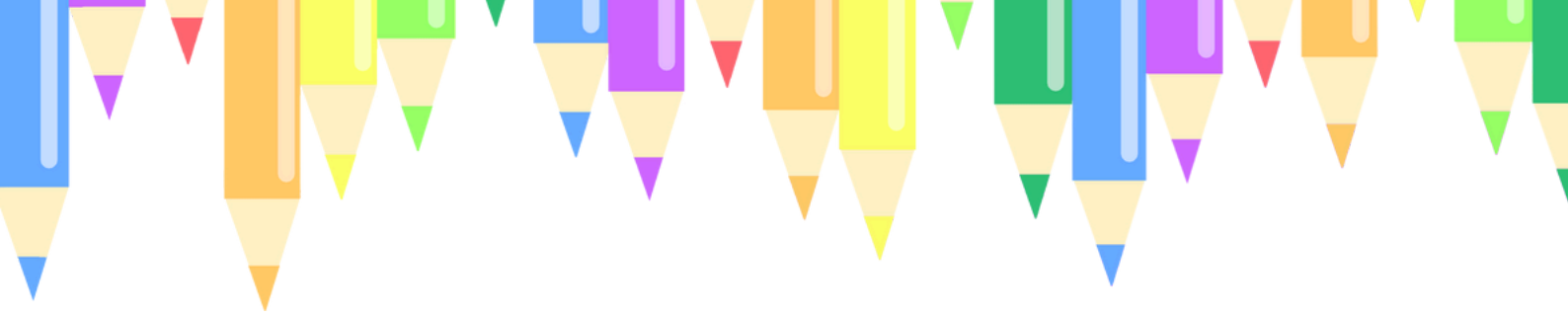
OBJETIVOS DO CADERNO

- Promover o entendimento sobre a função social dos tributos
- Incentivar a participação cidadã na fiscalização dos recursos públicos
- Fornecer ferramentas e informações para o exercício consciente dos direitos e deveres fiscais

PÚBLICO-ALVO

- Alunos do ensino fundamental e médio
- Professores
- Comunidade escolar





AGRADECIMENTO

Agradecemos a todos os educadores, alunos e parceiros que contribuíram para a elaboração deste caderno, bem como às instituições que apoiaram esta iniciativa.



SUMÁRIO

1. **Capítulo 1: O que é Educação Fiscal?**
2. **Capítulo 2: Tributos e sua Função Social**
3. **Capítulo 3: ICMS Educacional**
4. **Capítulo 4: Reforma tributária**
5. **Capítulo 5: Orçamento Público**
6. **Capítulo 6: Controle Social e Participação Cidadã**
7. **Capítulo 7: Direitos e Deveres do Cidadão**
8. **Capítulo 8: Atividades Educativas**
9. **Capítulo 9: Exemplos Práticos**
10. **Capítulo 10: Recursos e Referências**
11. **Glossário**
12. **Anexos**
13. **Conclusão**
14. **Créditos e Agradecimentos**



CAPÍTULO 1: O QUE É EDUCAÇÃO FISCAL?



A educação fiscal é um processo que visa capacitar os cidadãos para compreenderem a importância dos tributos e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Ela promove o entendimento sobre a função social dos tributos, fomentando a cidadania e a participação ativa na sociedade.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A CIDADANIA:

- A educação fiscal é crucial para formar cidadãos informados e participativos, que compreendem a importância dos tributos e a aplicação correta dos recursos públicos para o bem-estar social.

PAPEL DA EDUCAÇÃO FISCAL NA SOCIEDADE:

- Contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual os cidadãos têm a capacidade e a responsabilidade de participar ativamente na fiscalização e controle dos recursos públicos.



CAPÍTULO 2: TRIBUTOS E SUA FUNÇÃO SOCIAL



O QUE SÃO TRIBUTOS

- Tributos são pagamentos obrigatórios feitos pelos cidadãos e empresas ao governo, que se dividem em impostos, taxas e contribuições.

TIPOS DE TRIBUTOS

- Impostos: Pagamentos sem uma contrapartida específica, como o Imposto de Renda.
- Taxas: Pagamentos por serviços específicos, como taxas de coleta de lixo.
- Contribuições: Pagamentos destinados a setores específicos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).



CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS PELAS ESFERAS DE GOVERNO

Os impostos no Brasil são classificados conforme a esfera de governo que tem competência para instituí-los. Existem três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Abaixo, apresentamos a classificação dos principais impostos de acordo com essas esferas:



IMPOSTOS FEDERAIS

Os impostos federais são instituídos pela União e são cobrados em todo o território nacional. Os principais impostos federais são:

- **Imposto de Renda (IR)**
 - **IRPF (Pessoa Física):** Incide sobre a renda e os proventos de qualquer natureza de pessoas físicas.
 - **IRPJ (Pessoa Jurídica):** Incide sobre o lucro das empresas.
- **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):** Incide sobre produtos industrializados, nacionais e importados.
- **Imposto sobre Importação (II):** Incide sobre a entrada de produtos estrangeiros no país.
- **Imposto sobre Exportação (IE):** Incide sobre a saída de produtos nacionais ou nacionalizados para o exterior.
- **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF):** Incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e relativas a títulos e valores mobiliários.
- **Imposto Territorial Rural (ITR):** Incide sobre a propriedade, domínio útil ou posse de imóvel localizado fora da zona urbana do município.



IMPOSTOS ESTADUAIS

Os impostos estaduais são instituídos pelos Estados e pelo Distrito Federal e são cobrados dentro de seus respectivos territórios. Os principais impostos estaduais são:

- **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** Incide sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** Incide sobre a propriedade de veículos automotores.



- **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD):** Incide sobre a transmissão de bens ou direitos por herança ou doação.



IMPOSTOS MUNICIPAIS

Os impostos municipais são instituídos pelos Municípios e pelo Distrito Federal e são cobrados dentro de seus respectivos territórios. Os principais impostos municipais são:

- **Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):** Incide sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS):** Incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.
- **Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):** Incide sobre a transmissão de bens imóveis inter vivos, por ato oneroso

FEDERAIS:

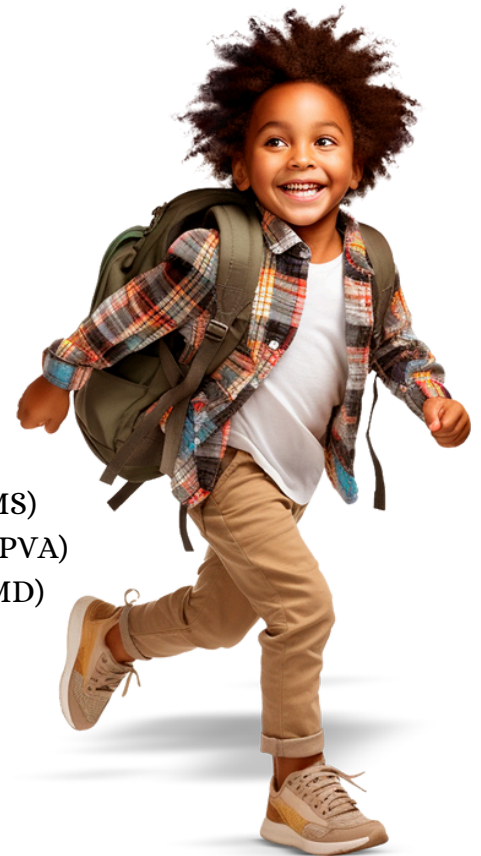
- Imposto de Renda (IRPF e IRPJ)
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- Imposto sobre Importação (II)
- Imposto sobre Exportação (IE)
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
- Imposto Territorial Rural (ITR)

ESTADUAIS:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

MUNICIPAIS:

- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)



Compreender a divisão dos impostos por esferas de governo ajuda os cidadãos a entender melhor a estrutura tributária do país e a identificar qual esfera é responsável pela arrecadação e gestão dos recursos provenientes de cada tipo de imposto.



Exemplos de Serviços Públicos Financiados pelos Tributos:

- Hospitais e postos de saúde
- Escolas públicas
- Segurança pública (polícia, bombeiros)
- Obras de infraestrutura (estradas, saneamento básico)

TIPOS DE TRIBUTOS



Os tributos podem ser classificados de várias maneiras, mas uma das divisões mais importantes é entre impostos diretos e indiretos. Vamos entender melhor o que são e quais são os principais exemplos de cada um.

IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos são aqueles que incidem diretamente sobre a renda, o patrimônio ou a propriedade das pessoas físicas ou jurídicas. A principal característica desses impostos é que o contribuinte que paga o imposto é o mesmo que sofre o impacto financeiro. Alguns exemplos de impostos diretos são:

Imposto de Renda (IR): Incide sobre a renda e os proventos de qualquer natureza.

- Contribuintes: Pessoas físicas e jurídicas.
- Periodicidade: Anual (com pagamento mensal para empresas e possibilidade de retenção na fonte para pessoas físicas).

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU): Incide sobre a propriedade predial e territorial urbana.

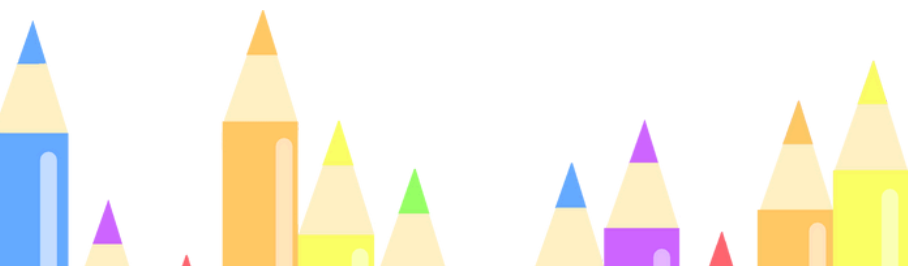
- Contribuintes: Proprietários de imóveis urbanos.
- Periodicidade: Anual.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA): Incide sobre a propriedade de veículos automotores.

- Contribuintes: Proprietários de veículos.
- Periodicidade: Anual.

Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): Incide sobre a transferência de propriedade imobiliária.

- Contribuintes: Adquirentes de imóveis.
- Periodicidade: Quando ocorre a transferência.





Os impostos indiretos são aqueles que incidem sobre o consumo de bens e serviços. Nesse caso, o contribuinte que paga o imposto não é necessariamente o mesmo que sofre o impacto financeiro, pois o valor do imposto é repassado ao consumidor final através do preço dos produtos e serviços. Alguns exemplos de impostos indiretos são:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): Incide sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

- Contribuintes: Empresas que vendem produtos ou prestam serviços.
- Periodicidade: Mensal.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): Incide sobre produtos industrializados nacionais e importados.

- Contribuintes: Indústrias e importadores.
- Periodicidade: Mensal.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): Incide sobre a prestação de serviços.

- Contribuintes: Prestadores de serviços.
- Periodicidade: Mensal.

Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS): Incide sobre a receita bruta das empresas.

- Contribuintes: Empresas.
- Periodicidade: Mensal.

CONCEITOS RELACIONADOS



Progressividade: Característica dos impostos que aumentam proporcionalmente com a base tributável. Exemplo: Imposto de Renda, onde alíquotas maiores são aplicadas a rendas mais altas.

Regressividade: Característica dos impostos que, proporcionalmente, têm um impacto maior sobre as rendas mais baixas. Exemplo: ICMS, onde todos pagam a mesma alíquota, independentemente da renda.



COMO OS TRIBUTOS SÃO ARRECADADOS



Processo de Arrecadação:

- A arrecadação de tributos é realizada através do pagamento obrigatório de impostos, taxas e contribuições por cidadãos e empresas.

Principais Órgãos Responsáveis pela Arrecadação:

- Receita Federal: Responsável pela arrecadação de tributos federais.
- Secretarias de Fazenda: Responsáveis pela arrecadação de tributos estaduais e municipais.

Destino dos Recursos Arrecadados:

- Os recursos são destinados ao financiamento de serviços públicos e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outros.



Alíquota: Percentual ou valor fixo aplicado sobre a base de cálculo do tributo para determinar o valor a ser pago.

Base de Cálculo: Valor sobre o qual a alíquota do tributo é aplicada. Pode ser a renda, o valor do bem, ou o valor do serviço, entre outros.

Incidência: Determinação de quem é o contribuinte legal do imposto (quem deve pagar) e sobre o que o imposto é cobrado (base de cálculo).

FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS



Os tributos arrecadados financiam serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança, e infraestrutura desempenhando uma função social fundamental, pois são a principal fonte de financiamento das atividades do Estado. Eles permitem a implementação de políticas públicas e a oferta de serviços essenciais com o fim de promover o bem-estar e a equidade social, tais como:

Educação: Financiamento de escolas públicas, universidades e programas de alfabetização.

Saúde: Manutenção de hospitais, postos de saúde, compra de medicamentos e programas de saúde pública.

Segurança: Pagamento de salários e equipamentos para policiais, bombeiros e serviços de emergência.

Infraestrutura: Construção e manutenção de estradas, pontes, saneamento básico e transporte público.

Assistência Social: Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e assistência a grupos vulneráveis.





Compreender a função e os tipos de tributos é essencial para o exercício da cidadania fiscal, pois permite aos cidadãos avaliarem a importância da contribuição tributária para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Para ilustrar a importância dos tributos na sociedade, aqui estão alguns exemplos de serviços públicos que são financiados com os recursos arrecadados:

- **Saúde:** Hospitais públicos, campanhas de vacinação, programas de combate a epidemias.
- **Educação:** Escolas e universidades públicas, programas de merenda escolar, bolsas de estudo.
- **Segurança:** Polícia, corpo de bombeiros, sistemas de defesa civil.
- **Infraestrutura:** Rodovias, ferrovias, redes de água e esgoto, energia elétrica.
- **Assistência Social:** Benefícios previdenciários, programas de apoio à infância e adolescência, assistência a idosos e pessoas com deficiência.



ENTENDENDO MELHOR O ICMS



O QUE É O ICMS?

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo estadual brasileiro que incide sobre a circulação de mercadorias, transporte interestadual e intermunicipal, e serviços de comunicação. Ele é um dos principais impostos arrecadados pelos estados e pelo Distrito Federal, contribuindo significativamente para suas receitas.

Base de Cálculo: é o valor da operação ou prestação. No caso de mercadorias, é o preço de venda. No caso de serviços, é o valor cobrado pelo serviço prestado.

Alíquotas: As alíquotas do ICMS variam de estado para estado e de produto para produto. Em geral, variam entre 7% e 25%, dependendo do tipo de mercadoria ou serviço e da origem/destino da operação. Produtos considerados supérfluos, como bebidas alcoólicas e cigarros, tendem a ter alíquotas mais elevadas.

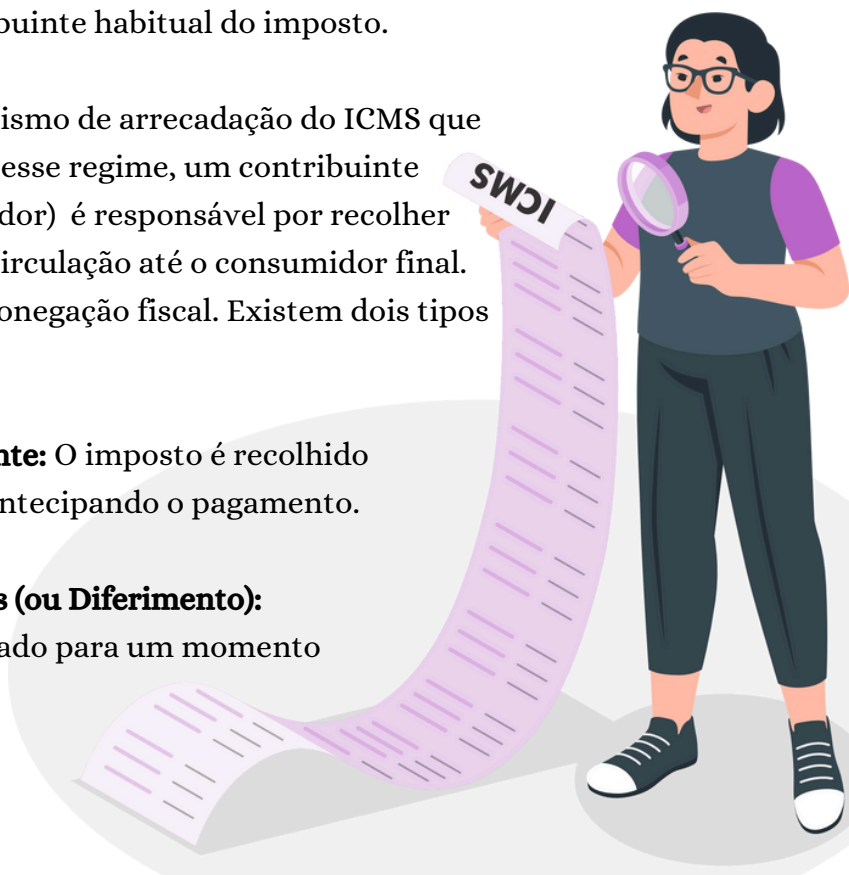
Incidência: O ICMS incide sobre diversas operações, incluindo:

Venda de mercadorias: Qualquer tipo de mercadoria, seja industrializada ou não.

Importação de mercadorias e serviços: Mesmo que a importação seja feita por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte habitual do imposto.

Substituição Tributária: é um mecanismo de arrecadação do ICMS que antecipa o pagamento do imposto. Nesse regime, um contribuinte (geralmente o fabricante ou importador) é responsável por recolher o ICMS devido por toda a cadeia de circulação até o consumidor final. Isso facilita a fiscalização e reduz a sonegação fiscal. Existem dois tipos principais:

- **Substituição Tributária para Frente:** O imposto é recolhido no início da cadeia de circulação, antecipando o pagamento.
- **Substituição Tributária para Trás (ou Diferimento):** O recolhimento do imposto é adiado para um momento posterior da cadeia produtiva.



Recolhimento do ICMS: O imposto deve ser recolhido pelos contribuintes (empresas e prestadores de serviços) mensalmente, conforme os prazos estipulados pela legislação estadual. O pagamento é feito por meio de Guia de Recolhimento, e o valor deve ser repassado ao estado onde a operação foi realizada.

Benefícios e Incentivos Fiscais: Os estados podem conceder benefícios fiscais do ICMS, como isenções, reduções de base de cálculo e créditos presumidos, para atrair investimentos e incentivar o desenvolvimento econômico em determinadas regiões ou setores. Essas concessões, no entanto, devem ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para evitar a guerra fiscal entre estados.

Impacto do ICMS no Preço dos Produtos: O ICMS é um imposto indireto, o que significa que seu valor é embutido no preço final dos produtos e serviços. Por isso, ele impacta diretamente no custo de vida do consumidor. Produtos com alíquotas mais altas, como combustíveis e energia elétrica, tendem a ter um peso maior no orçamento das famílias.

EXEMPLO DE CÁLCULO DO ICMS



Para entender melhor como o ICMS é calculado, vamos considerar um exemplo prático:

Preço de venda de uma mercadoria: R\$ 100,00

Alíquota do ICMS no estado: 18%

1. Cálculo do ICMS:

- $ICMS = (\text{Preço de venda} * \text{Alíquota}) / (1 + \text{Alíquota})$ $ICMS = (R\$ 100,00 * 18\%) / (1 + 18\%)$
- $ICMS = R\$ 18,00 / 1,18$
- $ICMS \approx \mathbf{R\$ 15,25}$

2. Preço sem ICMS:

- $\text{Preço sem ICMS} = \text{Preço de venda} - ICMS$
- $\text{Preço sem ICMS} = R\$ 100,00 - R\$ 15,25$
- $\text{Preço sem ICMS} \approx \mathbf{R\$ 84,75}$

Nesse exemplo, o valor do ICMS incluído no preço de venda é aproximadamente R\$ 15,25.



CONCLUSÃO



O ICMS é um imposto crucial para a arrecadação estadual no Brasil, financiando uma série de serviços públicos essenciais. Compreender sua incidência, cálculo e impacto é fundamental para empresas e consumidores, pois ele afeta diretamente o preço dos produtos e serviços e, conseqüentemente, o custo de vida e a competitividade dos negócios.

CAPÍTULO 3: ICMS EDUCACIONAL



O ICMS Educacional no Tocantins é uma iniciativa que busca melhorar a qualidade da educação nas escolas, premiando os municípios que apresentam bons resultados educacionais. Vamos entender melhor como isso funciona:

O QUE É O ICMS EDUCACIONAL?



O ICMS é um imposto que os estados cobram sobre a venda de produtos e serviços. Parte desse dinheiro é distribuída entre os municípios, e o ICMS Educacional é uma forma de dividir esse dinheiro de acordo com a qualidade da educação em cada município.

O ICMS pode ser usado como um importante instrumento de política pública, estabelecendo critérios e indicadores que incentivam melhorias em áreas específicas. Por exemplo, o ICMS Ecológico premia ações voltadas à preservação ambiental, enquanto o ICMS Educacional foca em melhorar os resultados de aprendizagem e desenvolvimento do ensino.

COMO FUNCIONA O ICMS EDUCACIONAL?



O nome "ICMS Educacional" vem da forma como a receita é calculada e distribuída. Os municípios precisam melhorar indicadores educacionais, como os resultados de aprendizagem e a equidade entre os alunos, levando em conta o nível socioeconômico dos estudantes. Esses resultados influenciam na distribuição de uma parte do ICMS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



No Tocantins, o ICMS Educacional é fundamentado na Lei Estadual N. 4.081/2022, que estabelece que, em 2025, seja efetivada a distribuição da cota parte municipal do ICMS de maneira que 10% dessa cota parte seja contemplada pelo ICMS Educacional.

COMPARAÇÃO COM O ICMS ECOLÓGICO

Assim como o ICMS Educacional, o ICMS Ecológico também estabelece critérios para a distribuição da receita entre os municípios. No caso do ICMS Ecológico, os municípios precisam implementar ações e políticas destinadas à preservação ambiental. Esta medida recompensa os esforços em prol do meio ambiente, valorizando a adoção de práticas sustentáveis e a conservação de áreas verdes.



BENEFÍCIOS DO ICMS EDUCACIONAL



- **Mais Crianças na Escola:** Incentiva os municípios a matricular mais crianças e jovens.
- **Melhores Resultados:** Foca em melhorar as notas e o aprendizado dos alunos.
- **Valorização dos Professores:** Estimula a formação e qualificação dos professores para melhorar o ensino.
- **Redução de Desigualdades:** Promove uma distribuição mais justa dos recursos, diminuindo as desigualdades educacionais entre os municípios.

DESAFIOS



Implementar o ICMS Educacional no Tocantins envolve alguns desafios:

- **Capacitação:** As cidades precisam de suporte técnico para implementar melhorias na educação.
- **Monitoramento:** É necessário acompanhar de perto os indicadores para garantir que as melhorias sejam reais.
- **Equidade:** Todos os municípios devem ter chances iguais de melhorar e receber os recursos.

RESUMO



O **ICMS Educacional no Tocantins** é uma maneira inteligente de usar o dinheiro do imposto para incentivar as cidades a melhorar suas escolas. Quanto melhores os resultados na educação, mais recursos o município recebe. Isso ajuda a garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, tornando o sistema mais justo e eficiente. Assim como o ICMS Ecológico promove a sustentabilidade ambiental, o ICMS Educacional promove uma educação de qualidade para todos.



CAPÍTULO 4: REFORMA TRIBUTÁRIA



A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que altera o sistema tributário nacional é considerada um marco histórico e busca simplificar o complexo sistema tributário atual. A reforma introduz várias mudanças significativas, com um foco principal na simplificação e na justiça fiscal.

PRINCIPAIS MUDANÇAS



- **Unificação de Tributos:** A reforma unifica cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em dois novos impostos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses novos tributos serão cobrados no local de consumo, não mais na origem, visando acabar com a "guerra fiscal" entre estados (Senado Federal) (Poder360).
- **Período de Transição:** A implementação será gradual, começando em 2026 com uma alíquota teste de 1%. As novas regras entrarão em vigor de fato em 2027, com a plena adoção do IBS e a extinção do ICMS e ISS prevista para 2033 (Poder360) (Senado Federal).
- **Fundos de Compensação e Desenvolvimento:** Para compensar os estados e municípios pela perda de arrecadação com a nova tributação no destino, serão criados fundos como o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Esses fundos receberão aportes da União para apoiar investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional (Senado Federal).
- **Eliminação da Cobrança em Cascata:** A reforma acaba com a cobrança cumulativa de impostos, garantindo que os tributos pagos nas etapas intermediárias da cadeia produtiva sejam deduzidos do valor final, evitando a incidência de imposto sobre imposto (Poder360).
- **Regras de Alíquotas:** As alíquotas dos novos impostos ainda serão definidas, mas estima-se que a carga tributária total não aumentará. O IVA dual deve ter uma alíquota próxima a 27,5%, mantendo a atual carga tributária (Poder360).



CAPÍTULO 5: ORÇAMENTO PÚBLICO



O que é o Orçamento Público:

- O orçamento público é um plano de gestão financeira que estima as receitas e despesas do governo para um determinado período, geralmente um ano.

Como é Elaborado o Orçamento:

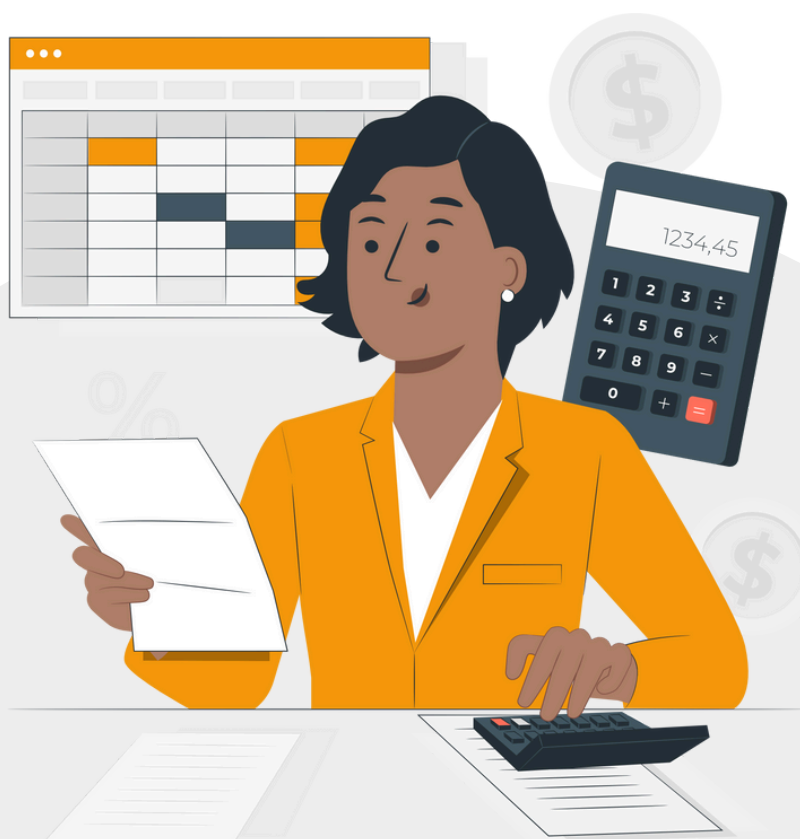
- O orçamento é elaborado pelo Poder Executivo, discutido e aprovado pelo Poder Legislativo, e sua execução é acompanhada pelos órgãos de controle.

Importância do Orçamento para a Gestão Pública:

- O orçamento é essencial para a administração dos recursos públicos, garantindo que os investimentos e gastos sejam planejados e controlados de forma eficiente.

Exemplos de Alocação de Recursos:

- Educação: construção e manutenção de escolas, salários de professores
- Saúde: hospitais, medicamentos, programas de prevenção
- Segurança: equipamentos e salários para policiais, bombeiros



CAPÍTULO 6: CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



O que é Controle Social:

- Controle social é o processo pelo qual a sociedade participa da fiscalização e acompanhamento da gestão pública e da aplicação dos recursos públicos.

Importância da Participação Cidadã na Fiscalização dos Recursos Públicos:

- A participação ativa dos cidadãos é fundamental para assegurar a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ferramentas e Canais de Participação:

- Ouvidorias: Canais para receber reclamações, sugestões e denúncias dos cidadãos.
- Portais da Transparência: Sites que disponibilizam informações detalhadas sobre a gestão dos recursos públicos.
- Conselhos de Políticas Públicas: Espaços de diálogo entre governo e sociedade para discutir e acompanhar políticas públicas.



CAPÍTULO 7: DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO



Direitos Relacionados aos Tributos:

- **Transparência:** Direito de acessar informações sobre arrecadação e aplicação dos tributos.
- **Justiça Fiscal:** Direito a um sistema tributário justo e equilibrado.

Deveres dos Cidadãos:

- **Pagamento de Tributos:** Contribuir com os tributos devidos de forma correta e pontual.
- **Fiscalização:** Acompanhar a aplicação dos recursos públicos e denunciar irregularidades.

Como Exercer Esses Direitos e Deveres:

- Participar ativamente dos conselhos e audiências públicas.
- Utilizar os portais de transparência e outros canais de controle social.



CAPÍTULO 8: ATIVIDADES EDUCATIVAS



Jogos e Dinâmicas sobre Educação Fiscal:

- Jogos didáticos de Educação Fiscal.



ACESSO O CONTEÚDO COMPLETO



- Jogos de tabuleiro simulando a arrecadação e aplicação de tributos.



ACESSO O CONTEÚDO COMPLETO



- Dinâmicas de grupo sobre o orçamento público e sua importância.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



Projetos e Campanhas Educativas:

- Projetos escolares sobre a importância dos tributos.





- Campanhas de conscientização sobre cidadania fiscal.(Prêmio estadual e Nacional)

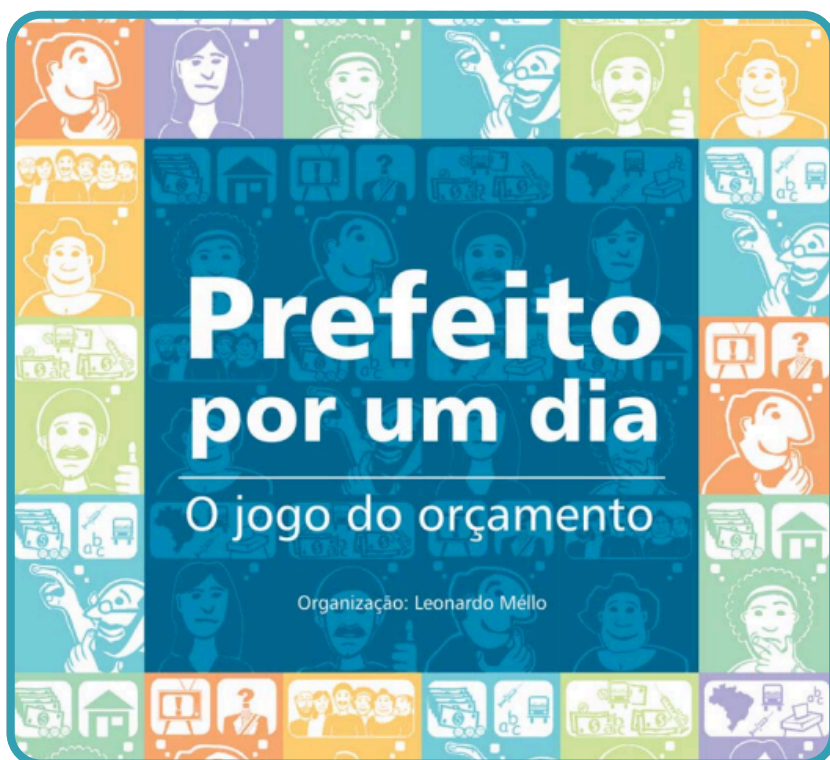


Sugestões de Atividades para a Sala de Aula:

- Debates e discussões sobre casos reais de uso dos recursos públicos.(Fóruns de Educação Fiscal)



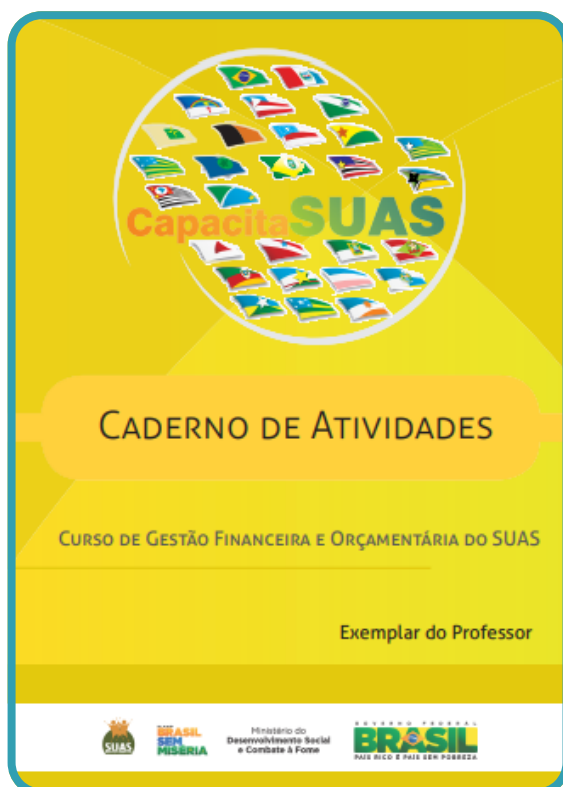
- Simulações de elaboração e aprovação do orçamento público.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- Caderno de atividade sobre orçamento público



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



CAPÍTULO 9: EXEMPLOS PRÁTICOS



Estudos de Caso sobre o Uso de Recursos Públicos:

- Projetos financiados por tributos.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- Olho vivo no dinheiro público



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



CAPÍTULO 10: EXEMPLOS PRÁTICOS



Relatos de Boas Práticas em Educação Fiscal:

- Exemplos de escolas e comunidades que promovem a educação fiscal.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- Iniciativas de governos locais para aumentar a transparência.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



Experiências de Outros Países:

- Modelos de educação fiscal em diferentes países e seus resultados.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO

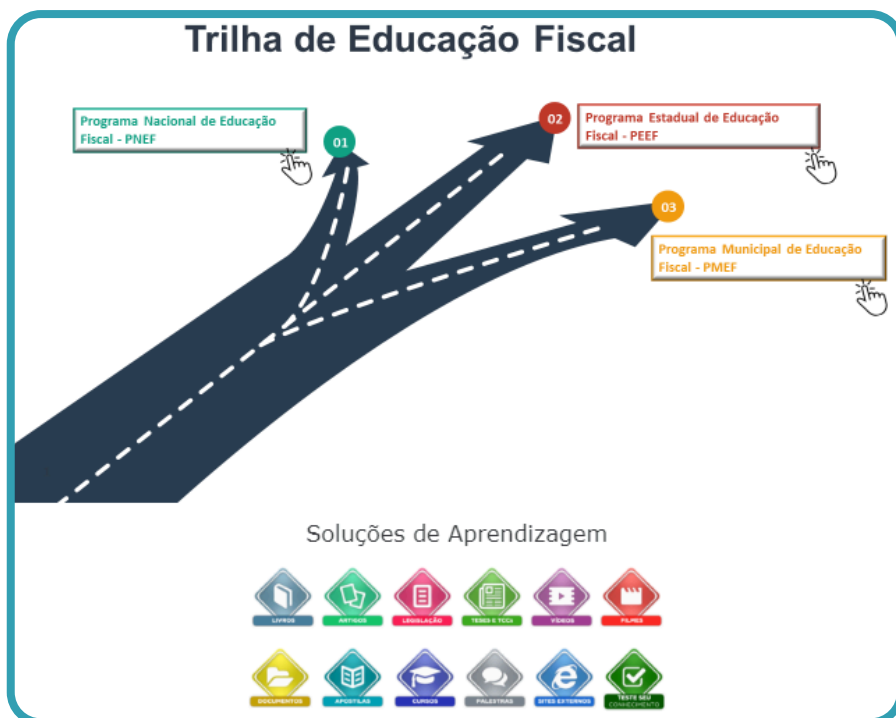


CAPÍTULO 11: RECURSOS E REFERÊNCIAS



Livros, Artigos e Sites sobre Educação Fiscal:

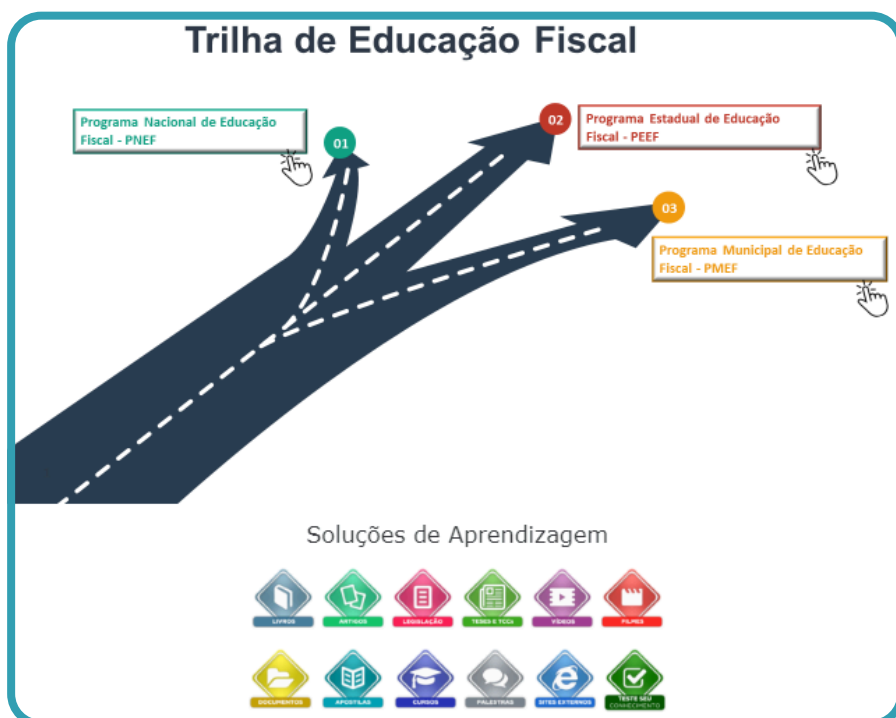
- Lista de leituras recomendadas sobre o tema.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- Links para sites de instituições e órgãos relevantes.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- Plataformas que oferecem cursos e materiais educativos.

Ambiente Virtual de Aprendizagem

Panel Ambiente Virtual de Aprendizagem Eventos PNEF

Eventos PNEF



Cursos presenciais



Cursos a distância



Seminários



Workshops

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO










Trilha de Educação Fiscal








01 Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF

02 Programa Estadual de Educação Fiscal - PEEF

03 Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF

Soluções de Aprendizagem

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



gov.br

COMUNICA BR ACESSO À INFORMAÇÃO PARTICIPE LEGISLAÇÃO ÓRGÃOS DO

EV.G Uma iniciativa EVAP Desde 2018

CATÁLOGO DE CURSOS TRILHAS DE APRENDIZAGEM CONHEÇA A ESCOLA ADESAO INSTITUCIONAL INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS PERGUNTAS FREQUENTES

ENTRAR Cadastre-se

CATÁLOGO DE CURSOS

626

Cursos abertos

18

Cursos exclusivos

62

Trilhas de aprendizagem

+5.7 milhões

Certificados emitidos

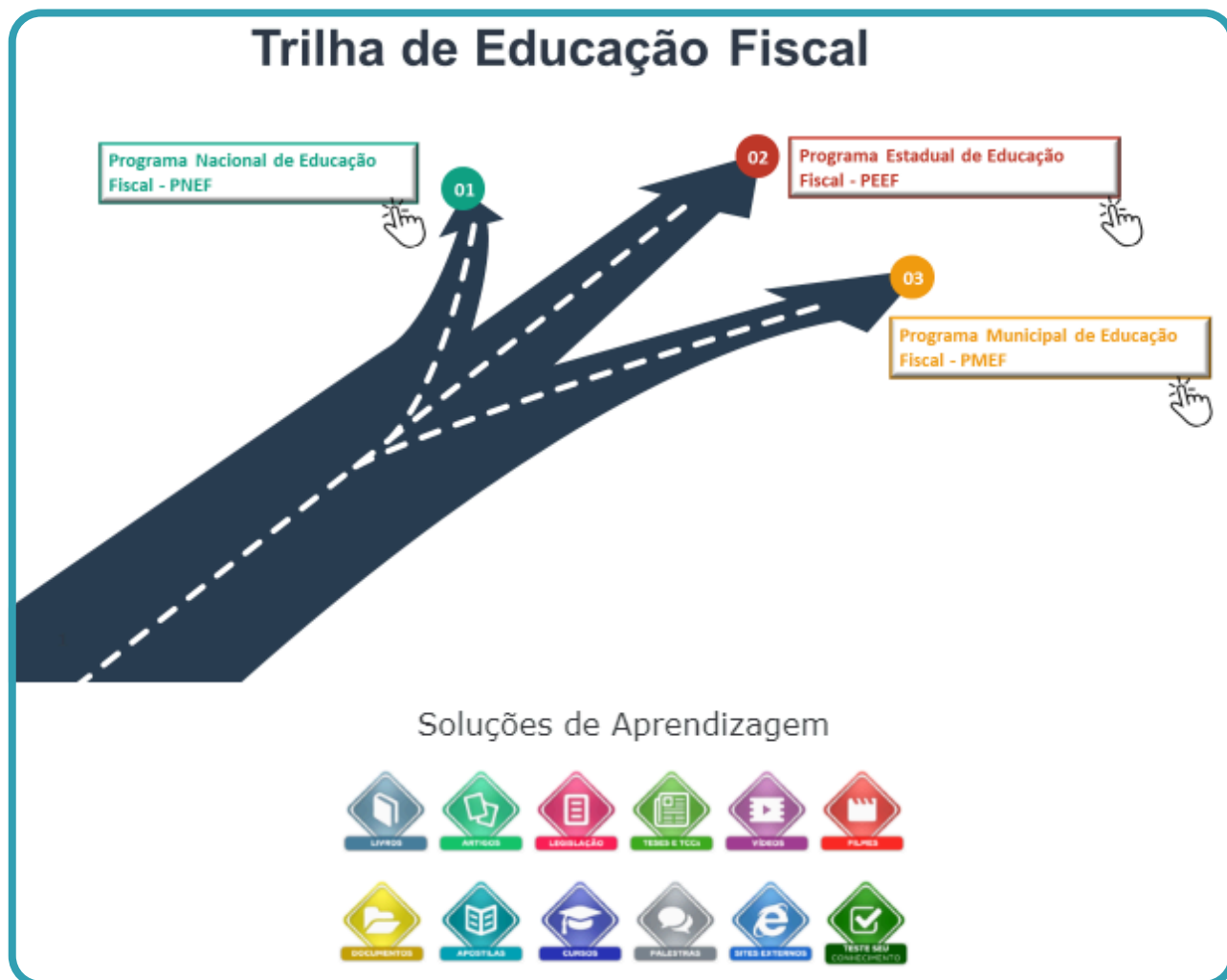
CURSOS GRATUITOS COM CERTIFICADO

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



Contatos de Órgãos e Instituições Relevantes:

- Endereços e contatos de instituições que podem fornecer mais informações e apoio.



ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO

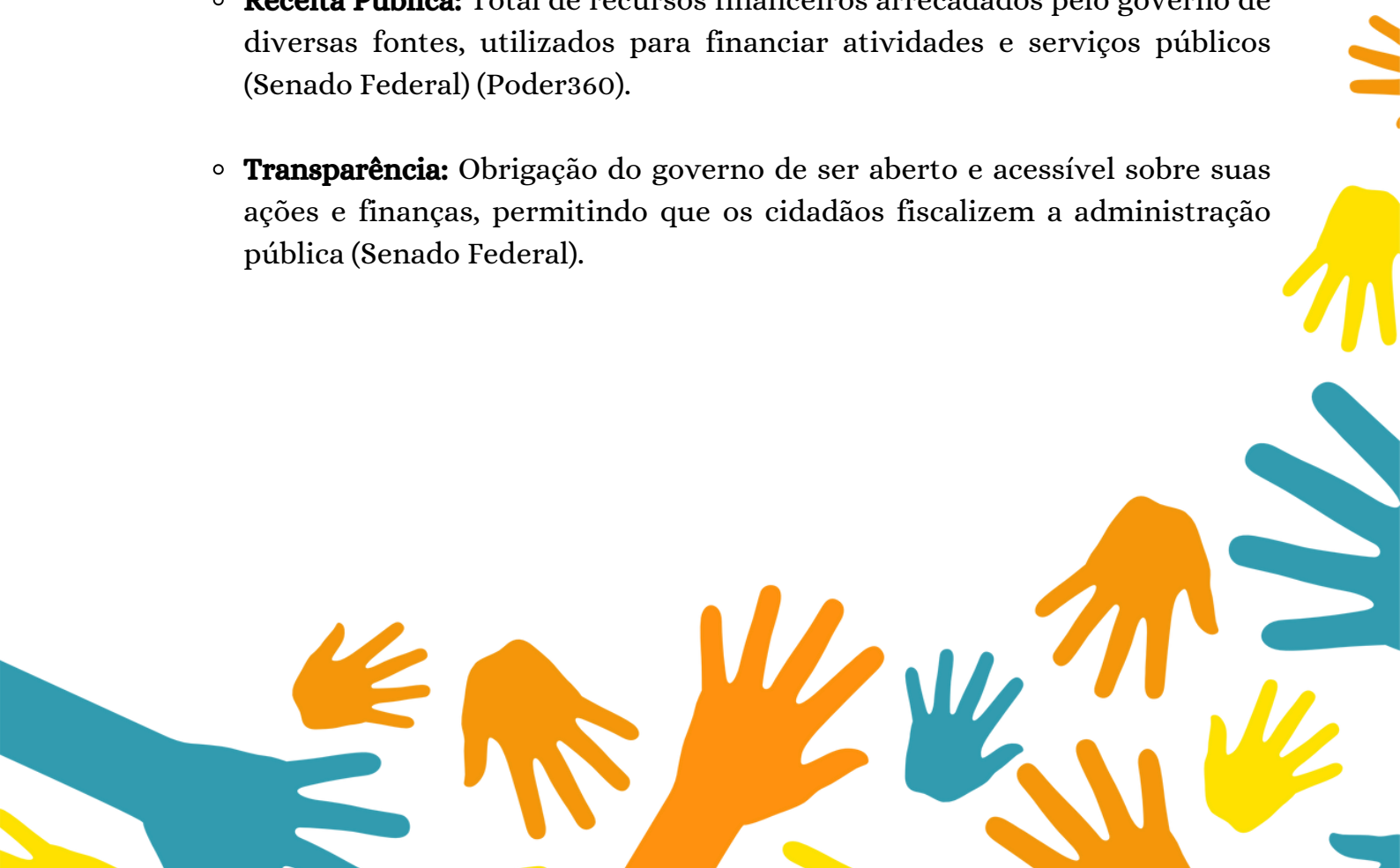


GLOSSÁRIO



- **Definições de Termos Técnicos e Conceitos Chave:**

- **Arrecadação:** Processo de recolhimento de tributos pelo governo, essencial para financiar serviços públicos e políticas governamentais (Senado Federal) (Poder360).
- **Contribuição:** Tributo destinado a um fim específico, como a seguridade social ou o desenvolvimento econômico, diferente dos impostos que não têm destinação específica (Senado Federal) (Senado Federal).
- **Imposto:** Tributo obrigatório sem destinação específica, utilizado para financiar despesas públicas gerais, como saúde e educação (Senado Federal) (Poder360).
- **Orçamento Público:** Plano detalhado das receitas e despesas do governo para um período específico, refletindo as prioridades e políticas governamentais (Senado Federal).
- **Receita Pública:** Total de recursos financeiros arrecadados pelo governo de diversas fontes, utilizados para financiar atividades e serviços públicos (Senado Federal) (Poder360).
- **Transparência:** Obrigação do governo de ser aberto e acessível sobre suas ações e finanças, permitindo que os cidadãos fiscalizem a administração pública (Senado Federal).



ANEXOS



- **Modelos de Formulários e Documentos:**

- Exemplos de formulários utilizados na gestão pública.

Curso TRIBUTAÇÃO 4.0

INSCRIÇÃO DO CURSO TRIBUTAÇÃO 4.0

Objetivo do Curso: Apresentar as mudanças no cenário tributário impulsionadas pela tecnologia. Compreender as novas formas de comércio e prestação de serviços.

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO

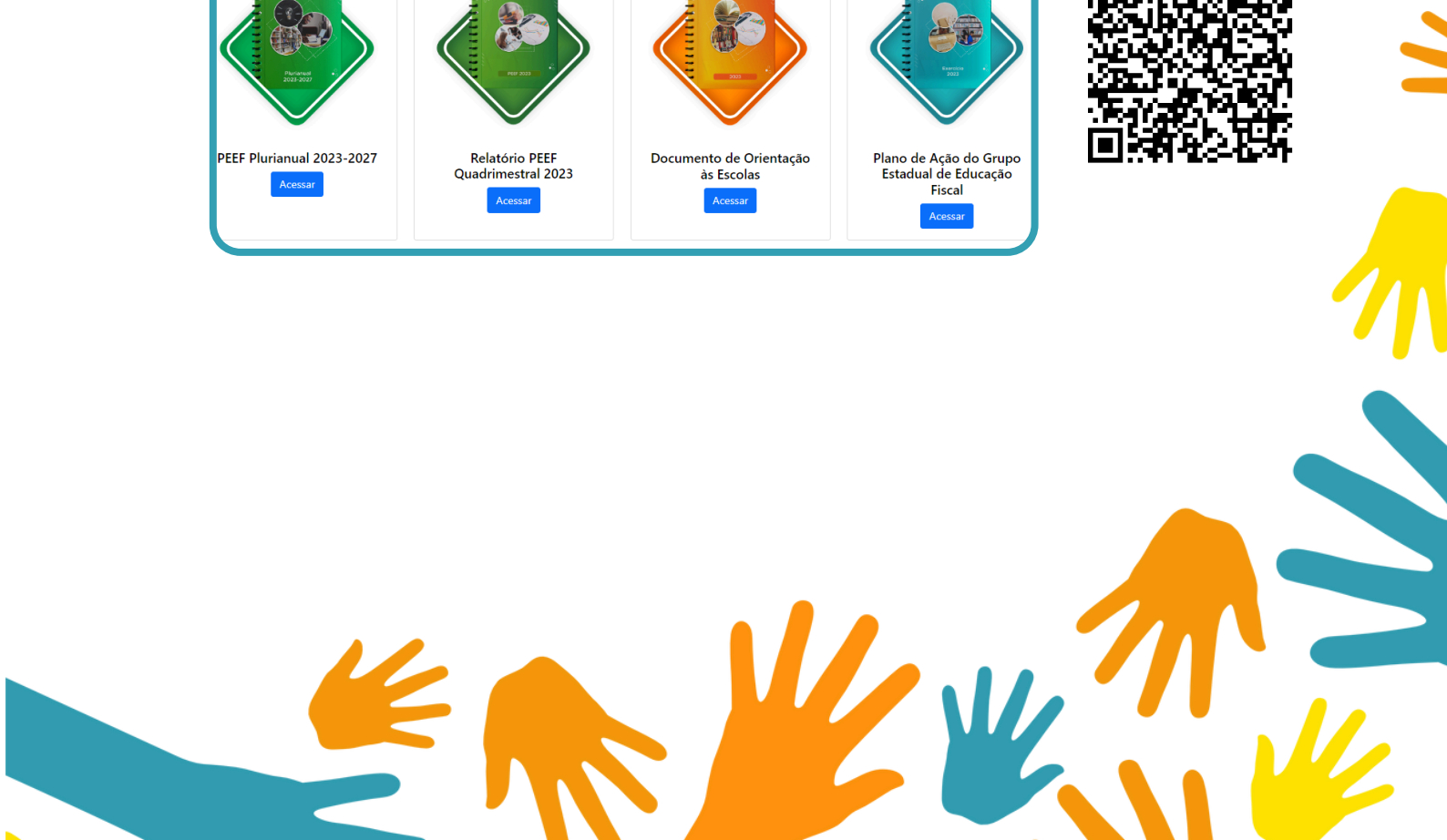


- Documentos de planejamento e controle fiscal.

Documentos do Grupo de Educação Fiscal - GEEF

PEEF Plurianual 2023-2027 Acessar	Relatório PEEF Quadrimestral 2023 Acessar	Documento de Orientação às Escolas Acessar	Plano de Ação do Grupo Estadual de Educação Fiscal Acessar

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO



- **Materiais de Apoio (Cartazes, Folhetos):**
 - Cartazes informativos sobre educação fiscal.

ACESSE: CARTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS AO CIDADÃO



- Folhetos explicativos para distribuição em escolas e comunidades.





OBJETIVO GERAL DO PEEF

Despertar na sociedade tocantinense a consciência para o pleno exercício da cidadania, proporcionando-lhe conhecimentos sobre tributos, finanças públicas, controle e responsabilidade social.



CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS



- **Equipe Responsável pela Elaboração do Caderno:**

- Nome dos autores e colaboradores
 - **Andreia Gomes Feitosa**
 - **José Pedro Dias Leite**
 - **Ludimylla Melo Carvalho**
 - **Marco Antônio da Silva Menezes**

- **Instituições e Parceiros Apoiadores:**

- Agradecimento especial a todas as instituições que colaboraram para a realização deste projeto.
 - Grupo Estadual de Educação Fiscal - GEEF
 - EGEFAZ
 - Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins
 - Secretaria da Educação do Estado do Tocantins
 - Receita Federal do Brasil
 - Controladoria Geral da União

